



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

DECISÃO

Cuidam os autos de Representação Criminal pela decretação da Prisão Preventiva do Investigado identificado por LUIS NUNES NETO, com fundamento no art. 311 e seguintes do CPP.

Relata a autoridade Policial que no representado compõe uma possível organização criminosa responsável pela prática de crime de grilagem, lavagem e capitais, corrupção ativa, adulteração de documentos públicos. Especificamente, o representado é suspeito de ter praticado o crime tipificado no art. 343, do Código Penal, por ter tentado “comprar” testemunha em ação judicial. O teria ocorrido no dia 15 de abril de 2019, quando o senhor Luis Neto ofereceu um registro de imóvel de um terreno em litígio ao senhor CARLOS ANTONIO DE SOUSA JUNIOR. Todavia, este deveria convencer as testemunhas, que presenciaram a ocorrência de fatos delituosos na comunidade Carnaubinha, onde o senhor LUIS NETO e APOENA, acompanhados de homens armados, destruíram casas e demais benfeitorias, sem ordem judicial, para que as referidas testemunhas não reconhecessem as pessoas envolvidas na ação, quando fossem ouvidas formalmente em Inquérito Policial instaurado para este fim.

O Ministério Público juntou a mídia de áudio em que o representado tenta subornar a testemunha.

Que o investigado tem promovido ações na intenção de desarticular os órgãos do Estado, comprando testemunhas, perseguindo servidores públicos municipais, com a influência política que supõe ter,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

embaraçando os procedimentos investigativos, razão pela qual reputa necessária e inadiável a decretação da sua prisão preventiva, a fim de resguardar a ordem pública e para a garantia da instrução criminal.

Juntou documentos, tais como depoimentos das testemunhas CARLOS ANTONIO DE SOUZA JUNIOR, em mídia, que confirma a acusação que é feita. Os demais depoimentos dão conta de que houve a possível atuação do investigado em realização de turbção possessória mediante o uso da força armada, o que demonstra o grau de periculosidade e de ousadia do arguido.

Eis o relatório.

A seguir, fundamento e decido.

Na espécie, deve o juízo ponderar acerca da plausibilidade e urgência na decretação da prisão preventiva em face do representado, à luz dos art. 312 e art. 313, ambos do Código de Processo Penal Brasileiro.

Importa dizer, antes de tudo, que a prisão cautelar (seja ela na modalidade de prisão temporária, seja na prisão preventiva) sempre será considerada a última alternativa a ser avistada pelo juízo, uma vez que o Ordenamento Jurídico Brasileiro adota o princípio da não culpabilidade ou o da presunção de inocência como garantia fundamental, que assiste ao indivíduo, garantindo-lhe a regra de responder à persecução penal (fase investigativa e processual) em liberdade (5º, inciso LVII, CF).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA/PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

Logo, para que o arguido seja preso antes de sentença penal condenatória, necessária a presença dos requisitos da prisão preventiva ou temporária.

Falaremos sobre a prisão preventiva, que é objeto do pleito.

Pois bem, o Código de Processo Penal, em seu art. 311 a 313 delibera acerca das situações em que é possível decretar a prisão preventiva de indivíduo que esteja sendo alvo de investigação criminal ou de ação penal propriamente dita.

Nos termos do que dispõe o art. 311 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação criminal (pré-processual) ou da fase processual, desde que presentes os termos autorizadores previstos no art. 313 do mesmo diploma e que não sejam adequadas para o caso concreto a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, CPP).

Pois bem, sabe-se que a cassação da liberdade de ir e vir do indivíduo é medida extrema, que somente deve ser aplicada quando não existirem alternativas frente ao perigo real ou iminente de violação aos bens jurídicos tutelados pelo Estado, quando então revelam-se presentes alguns dos critérios alternativos e taxativos elencados do art. 312 do CPP.

Ou seja, deve-se sopesar se o representado, em gozo de sua liberdade, **causará óbices à investigação Criminal; à aplicação da lei penal e a conveniência da persecução penal; se não representam riscos a ordem pública e econômica.** Tais são os elementos a serem questionados a partir de então.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

Inicialmente, verifica-se a pena em abstrato cominada pelo preceito secundário do tipo penal em questão prevê pena de reclusão superior a quatro anos de reclusão, estando, na espécie, presente pelo menos um dos critérios alternativos previstos no art. 313, do CPP, em especial, o inciso primeiro.

Da investigação em andamento, pelos elementos indiciários colhidos, tais como os relatos das testemunhas, relatando o fato e apontando o representado como provável autor do fato, consubstanciam-se em elementos prelibatórios suficientes para dizer que existem verossimilhança nas alegações ou seja, indícios suficientes de autoria e materialidade delitivas.

Pelo que relata o Ministério Público, LUIS NUNES NETO tem promovido atos que, uma vez consubstanciados em verdade, revelam verdadeiro perigo à ordem pública e sua liberdade a representação de riscos a provocar embaraços em face da persecução penal, comprando testemunhas, ameaçando outras, promovendo atos de violência.

Pelo que temos dos autos, o investigado responde por outras ações penais. E além disso, é requerido em ações cíveis de natureza possessória, cujo conflito tem revelado a ocorrência de atos de violência, turbação, mesmo que com ordem judicial expressamente proibindo a prática de quaisquer atos desta natureza nas áreas em litígio, o que demonstra seu total desrespeito aos agentes representantes do Estado.

Suas investidas buscam esconder provas, que são vitais para a elucidação de fatos, que se comprovados, comprometerá



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

criminalmente o réu e seus companheiros na possível organização criminosa.

Com efeito, o juiz, na análise do status libertatis do investigado, deve avaliar a gravidade do crime, a circunstância do fato e as circunstâncias especiais do investigado, visando-se evitar novas práticas de infrações penais. (art. 282, I e II, do CPP).

Para tanto, não é necessário que o investigado seja reincidente ou esteja respondendo por outras ações penais, bastando que esteja suficientemente demonstrada a periculosidade do agente.

De mais a mais, em última análise, deve-se ainda considerar se algumas das medidas cautelares diversas da prisão não seria suficiente para a espécie, para somente então poder implicar a mais dura das imposições cautelares, o cerceamento da liberdade.

Como vimos, o grande perigo do agente é estar em liberdade, podendo ter acesso a pessoas e a informações que dizem respeito com os crimes que estão sob investigação, não sendo suficientes para contê-lo nenhuma das cautelares previstas no art. 319, do CPP.

Portanto, diante da presença do “fumus commissi delicti” (comprovada a materialidade delitiva e suficientes indícios de autoria) e o “periculum libertatis” do agente, frente aos inúmeros elementos acima descritos e constante dos autos, os quais comprovam a existência de um delito, bem como indicam **o investigado** como o provável autor do fato, estamos diante de flagrante situação de vulnerabilidade da ordem pública, o que deverá ser restabelecida, na forma do art. 312, do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LUIS CORREIA
RUA CORONEL JONAS CORREIA, 296, BAIRRO CENTRO, CEP 64220-000 – LUIS CORREIA /PI
E-MAIL: SEC.LUIZCORREIA@TJPI.JUS.BR - FONE: (86) 3367-1306

PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Processo nº 0000156-66.2019.8.18.0059

Presente, portanto, *in caso*, os requisitos fáticos taxativos alternativos previstos no art. 312 do CPP, reputa-se necessária e inadiável a prisão preventiva do autor do fato.

Dessa forma, levando em conta a Lei de Prisões e o fato de estarem presentes os motivos ensejadores da custódia cautelar do agente, para a garantia da ordem pública e assegurar aplicação da lei penal, havendo prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, **DECRETO** a prisão preventiva de **LUIS NETO NUNES**.

Expeça-se mandado de prisão preventiva em seu nome.

Promova-se a Secretaria com a atualização do Banco Nacional de Mandados de Prisão, logo em seguida a efetivação da prisão.

Efetuada a prisão do investigado, encaminhem-se a Penitenciária Mista de Parnaíba – PI.

Intime-se o Ministério Público Estadual da presente decisão.

Intimações e Expedientes necessários.

Luis Correia – PI, 14 de maio de 2019.

Willmann Izac Ramos Satos
Juiz de Direito Titular da Comarca de Luís Correia - PI